

Dívida externa aumenta R\$ 47 bilhões

Mudança no câmbio piora o resultado das contas públicas. Débito interno da União subiu para R\$ 229,3 bilhões em janeiro

Liana Verdini

Da equipe do Correio

A desvalorização do real acrescentou R\$ 47 bilhões à dívida externa do Tesouro Nacional só em janeiro. Com isso, a conta aumentou 61% e atingiu R\$ 123,8 bilhões e hoje representa 13,77% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país em doze meses. No final do ano passado, representava 8,52% do PIB.

Em 1998, a dívida externa da União aumentou 10,8% ou R\$ 7,5 bilhões. Em janeiro do ano passado, era de R\$ 69,3 bilhões. Esse valor representava 8% do PIB. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. A nota informa que a dívida em dólar não aumentou. Isso significa que o governo federal não fez novos débitos no início de 1999. O acrésci-

mo de R\$ 47 bilhões é resultado da mudança na política cambial, que saiu do regime de bandas administradas, com limites mínimos e máximos para a variação da cotação do dólar em relação ao real, para a livre flutuação. Em poucos dias, o valor do dólar subiu de R\$ 1,21 para R\$ 2, provocando esse impacto na dívida externa pública.

Para honrar seus compromissos com investidores, bancos e organismos internacionais, o Tesouro gastou R\$ 54,2 milhões com pagamento de juros e encargos da dívida externa. Desse total, R\$ 11,1 milhões foram pagos a organismos internacionais e R\$ 43,1 milhões a bancos privados e agências governamentais. "Ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, quando a dívida externa era um dos indicadores mais estáveis da economia, agora, com o câmbio livre, ela deve apresentar variações mais sig-

nificativas mês a mês", disse o secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães.

A situação não foi confortável nem para a dívida interna. O débito do governo federal em poder do mercado alcançou R\$ 229,3 bilhões (25,5% do PIB). Em dezembro, a União devia R\$ 213,5 bilhões (23,7% do PIB).

Mais uma vez, a justificativa para o aumento da dívida do governo foi a desvalorização do real. Segundo a nota do Tesouro, o aumento do estoque de títulos indexados ao dólar, no valor de R\$ 17,9 bilhões, influenciou nesse resultado. Nem mesmo o resgate de papéis em valor superior a R\$ 10 bilhões em janeiro conseguiu reverter o resultado ruim para o caixa do governo.

O desempenho negativo da dívida pública, porém, não foi suficien-

te para impedir que o governo federal registrasse superávit primário (receita menos despesa sem os gastos com juros). No primeiro mês de 1999, a arrecadação ficou R\$ 922,7 milhões acima das despesas, o que corresponde a um superávit primário de 1,3% do PIB. Em igual mês do ano passado, o resultado do governo federal foi um superávit de 0,6% do PIB (R\$ 448 milhões).

O secretário do Tesouro justificou o resultado pela redução nas despesas. "A arrecadação ficou praticamente estável em janeiro", disse, destacando que as receitas administradas pelo Tesouro tiveram

uma redução de 11%. O resultado melhorou em função do comportamento do item Demais Receitas, onde estão a arrecadação própria de organismos do governo. Este tipo de receita aumentou de R\$ 182,5 mi-

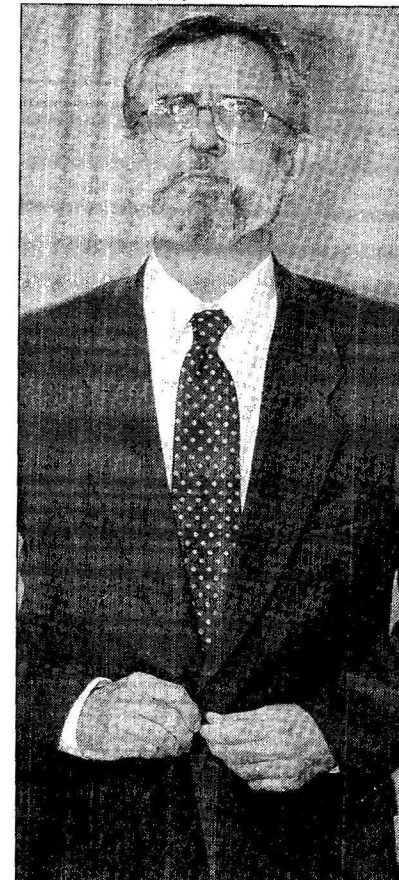
lhões em janeiro do ano passado para R\$ 1,2 bilhão neste ano.

Guimarães destacou ainda o repasse de recursos pela Petrobras no acerto de dívidas feito pela União, que aumentou o caixa do governo em R\$ 580 milhões em janeiro. No ano passado, esse valor não fazia parte das receitas do Tesouro. Além disso, a decisão de exigir o pagamento de dividendos das empresas controladas pela União também deu resultado, com o ingresso de R\$ 437 milhões para os cofres do governo federal. "Só o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) repassou uma primeira parcela de R\$ 408 milhões. Haverá uma segunda, mas nem o valor, nem a data de repasse estão definidos", disse o secretário.

Em compensação, as despesas caíram 3,5%, baixando de R\$ 15,1 bilhões para R\$ 14,5 bilhões neste ano. Segundo Guimarães, os gastos com pessoal e com custeio foram os itens que mais pesaram para o resultado obtido. As despesas com servidores caíram 14,3% em janeiro na comparação com o ano passado.



Zuleika de Souza 10.9.98



Guimarães: as receitas foram R\$ 922,7 milhões superiores às despesas

Ajuda para municípios

O refinanciamento da dívida dos municípios está previsto no novo acordo que o Brasil negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O contrato obrigará as prefeituras a gastarem pelo menos 13% das receitas pagando seus débitos. Com isso, o resultado primário (receitas menos despesas sem incluir o pagamento de juros) de União, estados e municípios ficará R\$ 1,1 bilhão melhor. Hoje, grande parte da dívida das prefeituras vem sendo rolada e nem mesmo os juros estão sendo pagos. Isso tem aumentado o endividamento do setor público.

A expectativa do secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, é de que o contrato de refinanciamento da dívida dos municípios fique pronto em no máximo dez dias. Guimarães acredita que entre cem e 200 prefeituras devam se interessar em trocar os débitos com bancos e investidores por outro, mais barato, com a União. O total da dívida que pode ser refinanciada pelo governo federal é de R\$ 17,4 bilhões, que custa aos prefeitos mais do que a taxa Selic (em fevereiro a Selic foi 2,38%).

Se o município aderir ao programa de refinanciamento, o custo cairá para, no máximo, 9% ao ano, conforme o modelo de contrato escolhido pelo prefeito. Se o município optar por pagar uma entrada (a chamada conta gráfica) de 20%, os juros durante os 30 anos do refinanciamento serão de 6%. Sem entrada, os juros sobem para 9%. Guimarães informou que os contratos serão assinados entre o Banco do Brasil e as prefeituras, facilitando o processo de adesão em todo o País.

AVAL

Como os contratos para terem validade precisam da aprovação do Senado, o governo estuda a possibilidade de pedir uma autorização coletiva para que todos os municípios possam refinar suas dívidas de uma vez só. "Os débitos que entrarão nesse processo são bem definidos, o contrato é padrão. Não creio que haverá problemas", disse o secretário do Tesouro, ao lembrar que o Senado deu uma autorização coletiva para a renegociação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Caso contrário, o governo receia uma sobrecarga na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos e do plenário do Senado para autorizar o refinanciamento.

A confiança das autoridades da área econômica na melhora do resultado das contas públicas se deve às exigências que serão feitas aos prefeitos para que equilibrem os gastos à receita. Até o final deste ano, os municípios precisam estar enquadrados na Lei Camata, que estabelece como limite máximo de gasto com a folha de pessoal, 50% da arrecadação. Além disso, as despesas com pagamento de aposentadorias e pensões de funcionários públicos devem ser equivalentes a, no máximo, 12% da receita. E os prefeitos terão de cobrar contribuição de 11% dos funcionários ativos e inativos dos servidores públicos. "É esse ajuste que garante a melhora nas contas públicas ao longo dos próximos anos", explicou o secretário do Tesouro.